

A CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM DOIS TEMPOS: UM ESTUDO COMPARADO DAS REFORMAS URBANAS NOS SÉCULOS XX E XXI¹

Lúcio Nascimento²

Artigo recebido em: 11/10/2017.

Artigo aceito em: 03/11/2017.

RESUMO:

O presente artigo apresenta as primeiras conclusões que a pesquisa alcançou na comparação entre as Reformas Urbanísticas realizadas no Rio de Janeiro nos séculos XX e XXI. Partindo de uma revisão inicial de literatura e visando apresentar uma análise comparativa, o estudo demonstra que o diálogo entre a História e Ciências Sociais pode ser um caminho proveitoso para o pesquisador que enverada nesse caminho. Considerando conceito de historicidade e analisando o significado que o conceito Modernização assumiu no século XX e no século XXI, visa-se evidenciar como seu significado se modificou nos diferentes contextos históricos.

PALAVRAS-CHAVE:

História – Ciências Sociais – Historicidade – Zona Portuária.

ABSTRACT:

The present article presents the first conclusions that the research reached in the comparison between the Urban Reforms realized in Rio de Janeiro in the 20th and 21st centuries. Starting from an initial review of the literature and aiming to present a comparative analysis, the study demonstrates that the dialogue between History and

¹ O presente artigo é uma versão modificada após comentários da Comunicação realiza no 4º Jornada de Ciências Sociais (UFJF-2015); tenho que agradecer a professora Dra Maristela Rocha e ao prof. Ms. André Grillo pelas contribuições dadas na apresentação deste trabalho na IV Jornada de Ciências Sociais, em especial ao questionamento da prof.^a Maristela sobre minha posição em relação a algumas questões atuais nas reformas. Tais questionamentos foram importantes para amadurecer e melhor recortar o objeto.

² Professor de História aplicada ao Turismo no SENAC-RJ; Professor de História na SEEDUC-RJ. Graduado em História pela UNISUAM; especialista em História Contemporânea pela UFF; Mestrando em História pela UERJ.

Social Sciences can be a useful way for the researcher who has embarked on this path. Considering the concept of historicity and analyzing the meaning that the concept Modernization assumed in the twentieth century and the twenty-first century, it aims to show how its meaning has changed in different historical contexts.

KEYWORDS:

History – Social Sciences – Historicity – Portuary zone.

* * *

Introduzindo o diálogo: a História e as Ciências Sociais

O diálogo entre a História e as Ciências Sociais não é novidade para nenhuma das duas ciências. Tal aproximação verifica-se tanto em pensadores da sociologia como também em historiadores (BURKE: 2002; BOURDIEU; CHARTIER: 2011; HARTOG: 2014). Vários deles visaram marcar a diferença entre os dois campos, fazendo com que o debate se tornasse objeto de estudo e pesquisa. O século XX esteve repleto de exemplos e ao destacarmos alguns podemos compreender melhor a diferença entre os dois campos.

Ao analisar as diferenças de posição sobre o ofício do historiador e o do sociólogo, Burke destaca que enquanto o segundo parte da pesquisa empírica para a formulação de regras gerais, o primeiro presta mais a atenção em detalhes concretos frente aos padrões gerais (BURKE: 2002). Destacou, ainda, que sociólogos como Vilfredo Pareto (1848-1923), Emile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920) eram versados em História, posição que iria se modificar ao longo da primeira metade do século XX, quando as Ciências Sociais se aproximaram de temas contemporâneos.

A distinção entre o que está próximo e distante temporalmente também foi apresentada como ponto de diferenciação entre o trabalho de historiadores e etnólogos, segundo Marc Augé. Para ele, o que diferencia o trabalho do historiador do ofício do etnólogo é que o antropólogo se relaciona com o objeto, por ser seu contemporâneo, já o historiador tem a vantagem de saber o que virá na sequência do processo que examina (AUGÉ: 2012).

Apesar da Historiografia apontar que a História na passagem do século XIX para o século XX estava mais preocupada com as questões políticas, tal como a ação dos Estados, a construção da nação, além da ação de seus governantes e grandes

personalidades, vemos que leituras historiográficas atuais, em especial sobre os *Annales*, na França, vêm questionando a posição que o grupo liderado por Marc Bloch e, em especial, Lucien Febvre (NOIREL, 2005). O que não significa que no diálogo entre História e Ciências Sociais, na França, tal grupo não tenha tido relevância.

Quando olhamos para a *Revue des Annales*, na publicação houve bons debates sobre quem assumiria a liderança das ciências humanas na França. Dentre os debatedores, destacamos as contribuições de Fernand Braudel, defendendo a posição da História como disciplina de destaque; e no campo das Ciências Sociais, a participação de Claude Levi Strauss, destacando a importância da Antropologia no debate. Sem buscar vitoriosos, podemos indicar que os debates foram acalorados entre os dois campos, tanto dentro como fora da *Revue* ao longo do século XX.

Ao comentar a importância de cada uma de suas ciências humanas, percebemos que, de uma forma geral, são as transformações realizadas pelo ser humano que está no cerne da pesquisa social. Para Antony Giddens, cabe a Sociologia tratar de questões do dia-a-dia, do contexto do pesquisador (GIDDENS: 2001). Tal posição é defendida por Marc Augé no que cerne a Etnologia, que para ele deve se dedicar a compreender como o indivíduo interpreta a sociedade na qual se insere, possibilitando ao pesquisador o contato com o objeto pesquisado (AUGÉ: 2012).

Seguindo outro caminho temos a perspectiva adotada por Norbert Elias. Para Elias, a Sociologia deve, antes de tudo, identificar e compreender as diferentes formações sociais, que se sucederam ao longo do tempo (CHARTIER: 2001). Tal posição aproxima a Sociologia da História, sendo que a História Social e a Cultural são fruto dessa aproximação, onde os historiadores buscaram nas Ciências Sociais temáticas e métodos para auxiliar em suas pesquisas. Nesse sentido, Marc Augé destacou não ser possível haver uma Antropologia Histórica, mas uma História Antropológica sim, uma vez que os historiadores – como Carlo Ginzburg, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie, por exemplo – buscava nos procedimentos e nos objetos da Antropologia a base para suas pesquisas (AUGÉ: 2012).

A construção de objetos de pesquisa na História Cultural, ao considerar os estudos de Pierre Bourdieu, deve considerar não apenas a temporalidade dos acontecimentos, questão tão cara aos historiadores, mas necessita considerar o contexto, as ações e como o contexto interfere nas ações (BOURDIEU; CHARTIER:

2011). Além disso, o conceito de Historicidade, que se refere a como as pessoas compreendem a relação entre o passado, o presente e o futuro, ou seja, como o tempo se organiza, tem como um de seus formuladores as pesquisas de Claude Lévi-Strauss sobre a Consciência Histórica. Levi-Strauss ao estudar a existência de Sociedades Quentes e Sociedades Frias, com maior ou menor consciência de seu passado contribuiu para a relação de consciência e de compreensão do passado, que chamamos de Historicidade.

O antropólogo estadunidense Marshall Sahlins buscou analisar como a historicidade se operava no encontro entre os Havaianos e os Ingleses no século XVIII. Para os havaianos, a historicidade se dava por meio do Regime Heroico. Foi, justamente, utilizando a discussão iniciada Sahlins, ampliando um debate iniciado por Reinhart Koselleck, que Hartog propõe o conceito de Presentismo, considerando as transformações iniciadas na pós-modernidade, a partir da década de 1970. (HARTOG: 2014).

Historicidade e a construção do objeto de pesquisa.

Para Hartog, o Regime de Historicidade pode ser compreendido de duas maneiras. De uma forma mais restrita, se relaciona a forma como uma sociedade se relaciona com seu passado, relacionando as noções de passado de presente e de futuro; de uma maneira mais ampla, significaria a modalidade que de consciência de si de uma comunidade humana (HARTOG: 2014). Para ele, o Regime de Historicidade se coloca como uma ferramenta ao serviço do pesquisador que busca compreender seu tempo presente, além de ser um instrumento para se perceber momentos de crise.

Ao longo do tempo e de acordo com a sociedade o Regime apresentou características distintas. Sahlins estudou o encontro entre os havaianos e os europeus ocorrido no Havaí e nas Ilhas Fuji na passagem entre o século XVIII e o século XIX e demonstrou como os dois povos operavam com diferentes noções de historicidade para compreender os eventos que estavam ocorrendo. Para Hartog, faltou a Sahlins a comparação entre as noções de historicidade entre os próprios europeus, caminho que ele escolheu percorrer (HARTOG: 2014).

Quando um objeto de análise tem uma grande proximidade do pesquisador, os estudos antropológicos apresentam métodos a serem usados para criar certo distanciamento: tornar o familiar em exótico e o exótico em familiar (DAMATTA: 1978; VELHO: 1994). Ao realizar tal operação, parte-se de classificações preexistentes para buscar um novo olhar em relação ao outro que é algo/alguém próximo, a teoria se constitui na lupa por onde o pesquisador olha para compreender seu objeto (VELHO: 1994). Não se deve esquecer que as ações humanas são realizadas em um contexto e ele auxilia a compreender como elas se desenvolveram (BOURDIEU; CHARTIEU: 2011).

Ao longo do século XIX e XX ocorreram uma série de reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro, envolvendo vários bairros e diferentes motivações. Escolhemos, então, comparar as reformas urbanas levadas a cabo pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro na região do centro, em especial na região portuária em dois momentos: a Reforma de Pereira Passos, ocorrida no início do século XX e a Reforma do Porto Maravilha, ocorrida no início do século XXI, recorrendo ao método comparativo para desenvolver nossa análise.

A escolha do recorte liga-se ao fato de ambas as reformas utilizarem como base do discurso para justificar e legitimar tais ações a ideia de *Modernização*. Tanto nos discursos oficiais de Pereira Passos como no de Eduardo Paes, a Modernização é a tônica das reformas urbanísticas que estavam sendo operadas. Para o historiador Reinhart Koselleck, existem palavras que na verdade são conceitos por serem carregadas de significação. Esses conceitos, por sua vez, não são estanques no tempo, sofrendo variação. Foi justamente a modificação no conceito de *Modernização* que a pesquisa visou analisar e que apresentamos as conclusões iniciais (KOSELLECK: 1993).

O método comparativo por sua vez, traz riscos para a pesquisa. Dentre os mais comuns, se destaca dois: (i) o pesquisado acreditar que as sociedades evoluem em estágios pré-determinados; e (ii) comparar o que com que, podendo fazer uma análise superficial da questão analisada. Visando responder a esses questionamentos Marcel Detienne apontou que ao se utilizar o método comparativo podemos comparar: conceitos e noções; as religiões e a construção de suas divindades; as formas de se construir e de se perceber a política; e o valor do passado em diferentes sociedades

(DETIENNE: 2004). Foi sobre como o conceito de Modernização que o presente trabalho se desenvolveu.

Enquanto no século passado a lógica dominante era o progresso, a busca pelo novo e realização do saneamento na cidade leva a expulsão de tudo que ligava ao passado. Na reforma desse século, temos como lógica dominante a preservação e a revitalização, o que não significa que tudo passará pelo processo de patrimonização, mas apenas o que for selecionado como importante na construção da memória. Ao transformar o espaço em um monumento a ser consumido, ele passa a receber investimento e se constitui como uma mercadoria dentro da lógica do capitalismo, seja pela atividade turística, seja pelo uso que se faz desse passado (HARTOG: 2014; HARTOG: 2006; POULOT: 2011).

Cabe ressaltar que “a criação de espaços turísticos e de lazer, por exemplo, a partir de novas estratégias interfere na produção de centralidades, no sentido de que se produzem polos de atração que redimensionam o fluxo de pessoas num espaço amplo” (CARLOS: 2012 p. 180). No início do século XX, as camadas populares foram expulsas da região da Praça Mauá por serem vista como algo menor ou ligada a um passado que não se queria próximo; porém, nesse século, modernizar era lançar novas luzes sobre o passado que ali podia ser encontrado. Contudo, não podemos ser ingênuos a considerar que não ocorreram escolhas no passado selecionado como legítimo para a região.

A criação de espaços de produção e guarda do patrimônio, como o verificado na Cidade do Samba, o Cais do Valongo e a Pedra do Sal, indicam que o passado pode ser utilizado de diferentes formas a partir de várias necessidades, tais como mostram as disputas entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e moradores e movimentos sociais (GUIMARÃES, 2014). “Na cidade, a história se constrói no espaço e no edifício público; nesses espaços instauram-se possibilidades de ação pela presença coletiva dos atores sociais e pelo registro dessa presença dramatizada pelo espetáculo” (BRESCIANI: 2002 p. 30). Sobre o território da cidade, nesse caso do centro e da área portuária, que as reformas urbanas buscaram, ou não, referência no passado para se legitimar no século XXI. Todo passado, por sua vez, pode ser construído a partir da visão de um dado grupo, possuidor de vontade política.

O Rio de Janeiro no início do século XX

A lei orgânica de 1892 fez da cidade do Rio de Janeiro o distrito federal logo nos primeiros anos da República. A configuração política do Rio, então capital federal, era singular no cenário republicano brasileiro: o prefeito e o chefe do polícia eram indicados pelo presidente da República. No decurso do governo de Campos Salles (1898-1902), a cidade do Rio de Janeiro era vista como o centro socializador da elite brasileira. Tinham importância o Colégio Pedro II, o Jockey Club, o Teatro de Ópera, as cafeterias e jornais do centro. Além disso, Campos Salles buscou desarticular as elites locais, com medo de que as massas sob lideranças dessas elites pudessem participar da vida política (MARLY: 2004).

Buscou-se que a cidade do Rio de Janeiro refletisse o lema da *Belle Époque* (1870-1930), Civilização e Progresso. As elites cariocas viam o Rio como a cidade que deveria ser a vanguarda do processo civilizatório no Brasil. Era urgente acelerar a modernização e isto seria pensado através das reformas urbanas levadas a cabo pela prefeitura nos primeiros anos do século XX. Buscava-se a homogeneização por meio do saber erudito, calcado na razão e na ciência. As reformas do centro da cidade tinham um duplo sentido: retirar física e culturalmente a presença dos populares da região (SOIHET: 1998) e colocar a cidade no conjunto de cidades modernas, tal como Paris e Londres.

O carnaval e o samba eram momentos de negociação de identidades. Presente na festa da Penha, o samba que lá era tocado, muitas vezes, era uma preparação para o carnaval do ano seguinte. Em meio à tradição portuguesa da festa da Penha, essa música popular ganhava seu espaço como veículo de circulação cultural entre diferentes grupos sociais. Durante o carnaval, o samba, muitas vezes, era o ritmo que conduzia a festa dos populares, mesmo que isso não agradasse as elites.

Na década de 1890, o carnaval deixava a Rua do Ouvidor e passava a ocorrer também em outras ruas do centro e do subúrbio. A construção da Avenida Central pode ser vista como uma ação o sentido de separar o “zê-povinho” de outros segmentos sociais. Tal ação, por sua vez, não logrou êxito, mas serve como demonstração de como a elite pensava sua relação com as camadas populares. A construção da Praça Onze e o deslocamento do carnaval das camadas populares para

lá, também exprime este objetivo de separar o moderno do atrasado, neste caso, o novo centro da cidade das tradições populares. Segundo Rachel Soihet temos que:

Paris, com suas avenidas, praças, teatros e cafés entusiasmava a burguesia emergente e a intelectualidade do Rio de Janeiro na Belle Époque. Difundir a cultura ali acumulada, emblemática do progresso e da modernidade, era deveres das elites. Cabia-lhes igualmente não medir esforços para expurgar hábitos grosseiros e vulgares, fruto da herança lusa, negra e indígena. [...]. Urgia eliminar o velho entrudo, trazido pelos colonizadores e extremamente popular (SOIHET: 1998, p. 64).

Os cordões carnavalescos, segundo a historiografia, teriam surgido no Brasil no último quartel do século XIX e no início do seguinte passariam a se chamar de clubes. A mudança na nomenclatura, mais que uma busca de novo nome, visava claramente ser uma forma de enfrentar as elites que desconsideravam e menosprezavam as tradições populares, ao se dar um novo ar as associações carnavalescas. Nas décadas de 1920/30, o carnaval e o samba, por sua vez, passariam a se integrar a ideia de cultura e identidade nacional (SOIHET: 1998). Quando se pensava em samba e cultura popular, um dos locais para onde se olhava era a Praça Mauá e o Morro da Conceição, ou seja, para a região portuária.

No Rio de Janeiro, até a década de 1770, as principais casas de venda de escravos ficavam na Rua Direita, indo da casa dos Contos até a ladeira do Mosteiro de São Bento; nas décadas seguintes, seria na região do Valongo que o comércio de escravos passaria a ser realizado. A localização do Porto do Valongo e o Cais da Imperatriz que ficará desconhecida por décadas fora descoberta no meio do conjunto de obras que se realiza na região portuária. Localizavam-se onde hoje fora construída uma praça, entre as esquinas da Rua Sacadura Cabral e da Camerino, próximo ao Hospital dos Servidores, no Centro do Rio de Janeiro, conforme mapa abaixo.

A descoberta levou a criação de um sítio arqueológico a céu aberto no local onde eles existiram, possibilitando a visita de qualquer pessoa que anda nas proximidades da Pedra do Sal, do Morro da Conceição e Jardim Suspenso do Valongo. A ideia inicial da Prefeitura, por sua vez, não era conduzir à revitalização de espaços ligados à cultura negra e popular, o que foi muito bem demonstrado por Roberta Guimarães em seu estudo sobre o Morro da Conceição (GUIMARAES: 2014).

Sítio Arqueológico

Cais do Valongo e Cais da Imperatriz



Acervo do autor. Foto de abril de 2013.

Região do Valongo

Encontro da Ruas Sacadura Cabral e Camerino



Fonte:

[https://www.google.com.br/maps/place/R.+Camerino+-+Centro,+Rio+de+Janeiro+-+RJ/@-22.8968348,-](https://www.google.com.br/maps/place/R.+Camerino+-+Centro,+Rio+de+Janeiro+-+RJ/@-22.8968348,-43.188465,274m/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0x997f436d68408d:0x86edbf3e9c322651)

[43.188465,274m/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0x997f436d68408d:0x86edbf3e9c322651](https://www.google.com.br/maps/place/R.+Camerino+-+Centro,+Rio+de+Janeiro+-+RJ/@-22.8968348,-43.188465,274m/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0x997f436d68408d:0x86edbf3e9c322651)

Mapa da Região da Praça Mauá

em destaque alguns pontos de intervenção das reformas urbanísticas e de identidades negociadas



Fonte: [https://www.google.com.br/maps/place/R.+Camerino+-+Centro,+Rio+de+Janeiro+-+RJ/@-22.8970485,-](https://www.google.com.br/maps/place/R.+Camerino+-+Centro,+Rio+de+Janeiro+-+RJ/@-22.8970485,-43.1846844,548m/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0x997f436d68408d:0x86edbf3e9c322651)

[43.1846844,548m/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0x997f436d68408d:0x86edbf3e9c322651](https://www.google.com.br/maps/place/R.+Camerino+-+Centro,+Rio+de+Janeiro+-+RJ/@-22.8970485,-43.1846844,548m/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0x997f436d68408d:0x86edbf3e9c322651)

No início do século XX, existia vontade, nas elites políticas da capital da República, de modernizar a cidade do Rio de Janeiro. Tal projeto, naquele momento, significava retirar os elementos que não eram desejados do centro da cidade. Começava, assim, a luta pelo fim dos cortiços do local. Dentre eles, o mais conhecido era o Cortiço Cabeça de Porco situado a Rua Barão de São Feliz nº 154. Principal

cortiço da cidade, ele se tornou referência para o ódio das elites. No dia 26 de janeiro de 1893, quando muitas autoridades se reuniram para colocar abaixo este cortiço, tem-se o marco inicial de um conjunto de ações que visavam acabar com este tipo de habitação popular. Nesse período as classes populares foram associadas às classes perigosas, conceito forjado no final do século XIX pelo discurso policial e que se tornou do senso comum no Brasil. De uma forma geral, havia uma associação entre o elemento negro, o candomblé e a existência de cortiços com o perigo que foi estigmatizado nessa classe social. Tal situação fazia com que essas moradias fossem ainda mais rejeitadas pelos membros da elite (CHALHOUB, 1990; 1996). Não podemos esquecer que a região do Porto da Prainha, no entorno da Igreja de São Francisco da Prainha, atual Praça Mauá, além dos bairros da Saúde e da Gamboa, eram conhecidos por haver grande quantidade de cortiços.

No esforço em modernizar a cidade do Rio de Janeiro, tanto o governo como as elites não viam com bons olhos a presença dos populares em cortiços no centro da cidade. Rodrigues Alves, presidente República entre 1902-1906 e Francisco Pereira Passos, prefeito da cidade do Rio de Janeiro realizaram um conjunto de ações para a modernização da cidade. Dentre elas podemos destacar o alargamento de várias ruas no centro da cidade, tais como a Avenida Central (atual Rio Branco) inaugurada em 1902, levando a expulsão de várias casas residenciais desse espaço da cidade.

No projeto de modernização da cidade estavam previstas diferentes obras. As que modernizassem o Porto da Cidade, visto como raso e incapaz de atender as necessidades dos navios da época; as que levassem a criação de amplas e retas avenidas que ligassem o Porto a outras regiões da cidade; a realização do saneamento e da iluminação, além do melhor abastecimento de água na cidade para dar melhores condições de vida e comércio na capital federal.

Sobre a questão das reformas urbanas no Rio de Janeiro, Marly Motta destacou que

com esse objetivo, os principais investimentos – financeiros e simbólicos – da chamada Reforma Passos foram orientados em três direções. Uma delas foi a abertura da Avenida Central (futura Avenida Rio Branco), unindo o Rio de Janeiro de “mar a mar”, isto é, do porto da Prainha, até a recém-construída Avenida Beira Mar. Foram realizadas também obras de ampliação do porto do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que se abriam as

avenidas Rodrigues Alves e Francisco Bicalho. Era, sem dúvida, uma resposta às necessidades da “face urbana” das atividades agroexportadoras, em função da inserção do Rio na economia mundial como exportador de produtos agrícolas e importador de toda sorte de manufaturados. Finalmente, houve a tentativa de implementação de novas “usanças e costumes” nesse espaço remodelado segundo os padrões vigentes nas cidades consideradas remodeladas (MOTTA: 2004, p. 30)

Para tocar as transformações foi escolhido o engenheiro Paulo de Frontin, que alguns anos antes havia sanado o problema da falta d’água na Corte, como era chamada a capital do Brasil durante o Período Imperial (1882-1889). Para resolver o problema da água, Frontin propôs o desvio das águas da Serra do Comércio (atual Maciço de Tinguá) para o Rio Tinguá que abastecia a cidade. Concluída em pouco mais seis dias, com um leve atraso por causa da chuva, a obra de engenharia fez com que Paulo de Frontin, Jacob Niemeyer e Raimundo Teixeira de Belfort Roxo passassem a ser conhecidos no ambiente das elites imperiais.

A estação do Brejo, no município de Nova Iguaçu recebia o nome Belford Roxo em homenagem ao engenheiro Raimundo Teixeira, tendo ocorrido à troca da grafia da letra “t” para a “d” no final do nome por um erro de escrita. A região onde ficava a estação Belford Roxo seria conhecida por este nome e se tornaria o nome da cidade que se emanciparia de Nova Iguaçu em 1990.

Para a construção da nova avenida, a Avenida Central (atual Rio Branco) Paulo de Frontin montou uma equipe que atuou nas desapropriações e reloteamentos da área, na demolição de prédios e no desmonte de parte dos morros de São Bento e do Castelo. Em setembro de 1904, uma parte da área da avenida já havia sido aberta. Foi justamente nesse contexto que eclodiu a Revolta da Vacina (1904). A revolta demonstrou que a resistência à vacinação que havia surgido no período de Imperial ainda exercia forte influência na população; as crenças religiosas e elementos culturais contribuía para embasar formas de resistências; ela ocorreu no ano de maior vacinação; e a revolta mostrou como de luta de classes refletem a defesa de seus próprios valores, que não, necessariamente, são compartilhados com outros grupos sociais.

O projeto modernizador se fundamentava na ideia de progresso e na busca pela exclusão do elemento negro, índios e ibérico da realidade da nova república sul-americana. O futuro era algo a se alcançar, o passado algo a se esquecer e o presente

uma realidade de preparação para o futuro. Nesse momento, sob a égide do Regime Moderno de Historicidade a consciência histórica apontava para um rompimento com o passado e a construção de um futuro onde a ciência e o progresso trariam melhoras para todos. Além disso, as elites do Rio de Janeiro a pensavam como comunidade imaginada que se construía em oposição às tradições ibéricas, afro-brasileiras e ameríndias.

Do Porto do Rio ao Porto Maravilha (2001-2015)

Na primeira década do século XXI, a região portuária passou por uma revitalização e por uma ressignificação. A reurbanização da Rua Sacadura Cabral, a construção da Cidade do Samba, a construção e inauguração da Vila Olímpica da Gamboa, em 2004, são alguns dos exemplos de obras que fizeram parte do conjunto de transformações que a Zona Portuária vem sofrendo nos últimos anos. Além do processo de revitalização comandada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, existem identidades que dialogam e se enfrentam no cotidiano das comunidades que circundam esta região, como a do Morro da Conceição e do Morro da Providência.

Na visão da Prefeitura do Rio a região do Morro da Conceição tinha prioritariamente uma identidade ibérica. Essa identidade, porém, convivia com outras em processo de circulação cultural e alteridade que marcavam a construção de múltiplas identidades. Desde a década de 70 do século XX havia a intenção de se preservar a região, essa salvaguarda não considerava a presença de elementos negros, mestiços e nordestinos na região. No final desse século, quando da criação do Plano SAGAS³, havia duas propostas para a revitalização da área: a primeira visava transformar a região em uma área comercial; a segunda, objetivava considerar a cultura local, leia-se ibérica, na revitalização da região. Com esse plano ocorreu a patrimonização de parte da região, que através dos tombamentos onde se escolhia o que iria ou não ser preservado (GUIMARAES: 2014).

Como consequências das ações do Plano SAGAS houve o incentivo a prática do turismo e a atração de novos moradores para a região. Em geral de classe média e profissionais liberais. A inserção desses novos residentes também objetivava expulsar

³ O nome SAGAS tem sua origem na contração dos nomes dos bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo que estão localizados no entorno da Região Portuária

a arraia miúda do Morro da Conceição, em especial os emigrantes nordestinos que passaram a ocupar o morro a partir da década de 1970. A elaboração de um plano de intervenção urbanística na região ficou a cargo do Instituto Pereira Passos, órgão que recebeu o nome do reformador da região no século anterior. O que mostra que os projetos de Memória em uma cidade são múltiplos e podem coexistir e/ou conflitar.

As divergências entre a visão dos urbanistas da Prefeitura e a dos moradores do Morro da Conceição sobre o valor e as características da região eram latentes. Como exemplo pode ser considerado a divergência acerca do Jardim Suspenso do Valongo. Enquanto para os reformadores o Jardim era uma obra modernização realizada por Pereira Passos na região e como tal deveria ser preservado, a população via nos Jardins Suspensos uma antiga área de comércio de escravos. A divergência mostra que os espaços podem receber diferentes significações de acordo com o grupo que olha para tal lugar.

No caso dos Jardins Suspensos cabe ressaltar que em ambas as percepções, o desejo de preservação existe independentemente da posição do outro grupo. Essa motivação, a nosso ver, faz parte do novo Regime de Historicidade que vivemos e que François Hartog chama de Presentismo. A região deve ser preservada por guardar a história de um povo e como tal pode ser consumida por segmentos sociais que observam na atividade turística uma forma de lazer e aprendizado sobre o passado da comunidade local e nacional. A mudança na percepção, a nosso ver, marca a diferenciação entre a concepção de tempo e na historicidade, demonstrando a possibilidade de se comparar os diferentes momentos e as bases ideológicas que os fundamentos.

Uma conclusão não conclusiva

Como as obras ainda não estão concluídas⁴, outros espaços podem ser tema de debate e de disputas de identidades. No momento em que as grandes identidades globalizantes perdem espaços para novas identidades fragmentadas, fruto do momento de fluidez que vivemos, nos interrogar sobre como a noção de modernização é diferente nos dois momentos analisados pode ser uma forma de

⁴ Originalmente, esse texto foi escrito em 2015. Mas, ainda em 2017, existem vários pontos da obra do Porto Maravilha que não foram entregues, mesmo que o Bulevar olímpico tenha ficado pronto.

percebermos que a nossa relação com o passado tem se modificado e que não é algo estanque. Porém, fica claro que o Regime que auxilia a compreender a operação de relação entre passado, presente e futuro já se modificou como podemos perceber no uso da palavra Modernização.

No início do século XX, como vimos modernizar a cidade era expulsar os indesejados, aqueles que não eram bem vistos na região; além disso, as culturas ibéricas, negras e ameríndias eram vistas como algo menor, elementos que não estava ligado a este projeto modernizador. Um século depois, a tradição ibérica seria vista como detentora de força para motivar novas reformas, o que gerou uma disputa de identidades que levou a consagração de espaços negros e populares que não estavam previstos no projeto inicial. Contudo, mesmo com as identidades em disputa, o objetivo dessa era o mesmo: preservar locais que possam auxiliar na construção/afirmação/legitimação de identidades.

Por fim, cabe destacar que a pesquisa ainda está no início e que pode (e vai) conduzir a novas conclusões. O diálogo entre a História e as Ciências Sociais se mostra como um caminho frutífero na condução da pesquisa. Propostas teóricas de historiadores, sociólogos e antropólogos podem trazer a luz questões que ainda não estão claras, demonstrando que no presente o diálogo se constitui em um caminho a construção das Ciências Humanas.

BIBLIOGRAFIA

AUGÉ, M. **Não Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 9ª Ed. São Paulo: Papirus, 2012.

BENCHIMOL, J. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. in.: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (org.) **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 231 – 286.

BOURDIEU, P.; CHARTIEU, R. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRESCIANI, M. Cidade e História. In.: OLIVERA, L. (org.) **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 16 – 35.

- BURKE, P. **História e Teoria Social**. São Paulo: UNESP, 2002.
- CARLOS, A. O consumo do espaço. in.: CARLOS, A. (org.) **Novos caminhos da Geografia**. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 173 – 186.
- CHALHOUB, S. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na cidade imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- CHALHOUB, S. **Visões da Liberdade: histórias das últimas décadas de escravidão na corte**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CHARTIER, R. Prefácio – formação social e economia psíquica: a sociedade de corte no processo civilizatório. in: ELIAS, N. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: JZE, 2001, p. 7 – 25.
- DAMATTA, R. O Ofício de Etnólogo ou como ter *Antropological Blues*. **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, nº 27, p. 1 – 14, Maio de 1978.
- DETIENNE, M. **Comparar o incomparável**. São Paulo: Mercado e Letras, 2004.
- GIDDENS, A. Em defesa da sociologia. in: **Em defesa da Sociologia**. São Paulo: UNESP, 2001, p. 11-20.
- GUIMARAES, R. **A utopia da pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na zona portuária carioca**. Rio de Janeiro: FAPERJ / FGV, 2014.
- HARTOG, F. **Regimes de Historicidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- HARTOG, F. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, nº 36, p. 261-273, Jul/Dez de 2006.
- KOSELLECK, R. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, p. 134-146.
- MOTTA, M. **Rio, Cidade Capital**. Rio de Janeiro: JZE, 2004.
- NORIEL, G. **Sur la “crise” de l’histoire**. France: Belin, 1997.
- POULOT, D. Cultura, História, Valores patrimoniais e museus. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, nº 46, p. 471-480, jul/dez de 2011.
- SOIHET, R. **Subversão pelo Riso: estudos sobre o carnaval carioca na época da belle époque ao tempo de Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.